

## EDITAL DE CONSULTA À COMUNIDADE ESCOLAR PARA ESCOLHA DE DIRETORES DAS INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS DE ENSINO

**Súmula:** Regulamenta o processo de escolha de diretores das escolas e CMEIs municipais, mediante consulta à comunidade escolar na forma da Lei Municipal nº 4.302/2025.

**A Secretaria Municipal de Educação**, no uso de suas atribuições administrativas e tendo em vista as disposições contidas na Lei Municipal nº 4.302 de 07 de julho de 2025.

### RESOLVE:

**Art. 1º.** Estabelecer normas complementares e instruções para a execução do processo de escolha dos diretores das escolas e CMEIs da rede municipal de ensino, instituído pela Lei nº 4.302 de 07 de julho de 2025.

### DA CONVOCAÇÃO DA CONSULTA A COMUNIDADE

**Art. 2º.** O processo de consulta à comunidade escolar, para a designação de diretores das escolas e CMEIs municipais, será convocado pela Secretaria Municipal de Educação, mediante Edital publicado e amplamente divulgado, tanto nas escolas e nos CMEIs, como na comunidade em geral, inclusive nos meios de comunicação.

### DA SUPERVISÃO GERAL

**Art. 3º.** O processo de consulta à comunidade escolar para a designação de diretores das escolas e CMEIs municipais será supervisionado pela Secretaria Municipal de Educação, que terá como funções:

- I – assessorar o Secretário Municipal de Educação e as Comissões Central e Executiva nos trabalhos de supervisão e coordenação do processo de consulta;
- II – dirimir as dúvidas apresentadas pelas Comissões durante todo o processo de consulta.

### DA COORDENAÇÃO E DA COMISSÃO CENTRAL

**Art. 4º.** A coordenação do processo de escolha dos diretores, mediante consulta à Comunidade Escolar, será executada por uma **Comissão Central**, designada pelo Secretário Municipal de Educação, com as seguintes funções:

- I – acompanhar o processo em todas as escolas e CMEIs onde ocorrer a consulta;
- II – coordenar e supervisionar os trabalhos das Comissões Executivas das escolas e CMEIs;
- III – orientar e esclarecer a Comissão Executiva de cada escola e CMEI, assessorando-a em seus trabalhos e assegurando que sejam perfeitamente observadas as normas reguladoras do processo de consulta;
- IV – apreciar e esclarecer dúvidas ocorridas nas escolas e CMEIs durante o processo de consulta;
- V – preparar e repassar às Comissões Executivas das escolas e CMEIs todas as informações e materiais necessários à realização do processo de escolha dos diretores;
- VI – providenciar as urnas de votação para as Instituições de Ensino;

- VII – receber e analisar os casos omissos, impugnações e recursos interpostos; 2
- VIII – determinar aos Diretores de escola e CMEI, quando for o caso, a adoção de medidas necessárias para garantir o fiel cumprimento deste Edital no prazo e forma estabelecidos;
- IX – fiscalizar e coibir condutas e procedimentos que viciem ou desvirtuem o processo de consulta à comunidade e o seu resultado;
- X – encaminhar ao Secretário Municipal de Educação o resultado final do processo de consulta realizado em cada escola e CMEI, acompanhado dos documentos oficiais utilizados;
- XI – receber e manter sob guarda, em local seguro e de acesso restrito, pelo prazo mínimo de três anos, atas de votação, atas de escrutinação e mapas de apuração do resultado final;
- XII – receber e manter sob guarda, em local seguro e de acesso restrito, cédulas de votação, listas dos aptos a votar e outros documentos oficiais utilizados no processo de consulta, devidamente lacrados, pelo prazo necessário até decisão final de possíveis recursos.

### **DA COMISSÃO EXECUTIVA DA INSTITUIÇÃO**

**Art. 5º.** Em cada instituição de ensino, onde ocorrer o processo de consulta para a indicação do diretor(a), será constituída, uma Comissão Executiva formada pelos seguintes membros:

- I – Um representante dos profissionais de magistério;
- II – Um representante dos profissionais de servidores;
- III – Um representante dos pais de alunos;
- IV – Um fiscal de cada candidato.

**§ 1º** Os membros que irão compor a Comissão Executiva serão indicados por seus pares através de reunião administrativa a ser realizada em cada instituição de ensino, convocada pela direção especificamente para este fim, com registro em Ata.

**§ 2º** A Comissão Executiva será presidida por um dos representantes do Corpo Docente, eleito entre eles. Em caso de impasse nessa indicação, a presidência caberá ao mais antigo na instituição.

**§ 3º** Não poderão compor a Comissão Executiva o diretor, os candidatos a diretor, alunos, prestadores de serviços e funcionários terceirizados, bem como os cônjuges e parentes dos candidatos até o 2º grau civil.

**§ 4º** Assim que formada a Comissão Executiva, caberá ao Diretor da instituição torná-la pública na comunidade escolar e informar sua constituição à Comissão Central e ao Secretário Municipal de Educação.

**Art. 6º.** Compete à Comissão Executiva, além de outras, as seguintes atribuições específicas:

- I – divulgar, amplamente, na comunidade escolar as normas e critérios relativos a Consulta à Comunidade;
- II – planejar, organizar e executar a consulta à comunidade na instituição de Ensino, de acordo com as normas legais, instruções normativas e orientações da Comissão Central;
- III – lavrar em ata as decisões tomadas em reuniões;
- IV – preparar as relações de votantes conforme lista retirada no sistema SERE WEB (Menu/Relatórios/Alunos/Eleição de diretores) e repassá-las às Mesas de Votação;
- V – carimbar as cédulas de votação com o nome da instituição de Ensino;
- VI – designar, credenciar e instruir as Mesas de Votação, utilizando os formulários oficiais;
- VII – credenciar os fiscais dos candidatos, conforme modelos oficiais;
- VIII – divulgar os candidatos regularmente registrados, em diversos locais da instituição;
- IX – afixar, junto às cabines de votação, a relação dos candidatos concorrentes, constando nome,

apelido dos candidatos e número de cada um;

X – receber e encaminhar à Comissão Central pedidos de impugnação e recursos contra candidatos e/ou atos concernentes ao processo de consulta;

XI – supervisionar os trabalhos de votação e realizar a apuração dos votos;

XII – diligenciar para que sejam coibidos na escola, no CMEI e no âmbito da comunidade escolar procedimentos e condutas que contrariem e deturpem a natureza, a finalidade e a lisura do processo democrático da consulta;

XIII – encaminhar à Comissão Central, após o encerramento do processo de consulta, todo o material oficial utilizado, devidamente lacrado.

**Art. 7º.** Os membros da Comissão Executiva serão dispensados de suas atividades normais, no dia do pleito e, antes desse prazo, o Diretor deverá dispensá-los sempre que necessário para o desempenho de suas funções na Comissão.

## DA INSCRIÇÃO DE CANDIDATOS

**Art. 8º.** O Professor que desejar participar da consulta à comunidade escolar como candidato a Diretor, deverá requerer ao Secretário Municipal de Educação o registro de sua candidatura, mediante protocolo eletrônico 1doc da Secretaria Municipal de Educação, conforme datas constantes no cronograma, com eventuais apelidos de identificação, e juntando declaração formal de que preenche os requisitos legais exigidos para o exercício do cargo.

**§ 1º** Fica vedada a inscrição do Professor que já exerceu dois mandatos consecutivos de direção na mesma instituição de ensino, independente da forma de designação para a função e do tempo de cada mandato.

**§ 2º** Caberá ao Secretário Municipal de Educação deferir ou indeferir o pedido de registro de candidatura, analisando sua conformidade com os critérios legais estabelecidos e exigindo a comprovação dos requisitos que julgar necessário.

**Art. 9º.** São elegíveis os ocupantes do cargo de Professor que satisfizerem todas as condições estabelecidas na Lei nº 4.302/2025.

**§ 1º** No ato de inscrição o candidato deverá apresentar um plano de trabalho das ações administrativas e pedagógicas a serem executadas para os quatro anos de mandato, cuja análise e avaliação serão efetuadas pela Comissão Central.

**§ 2º** É condição indispensável para o deferimento da inscrição a participação do candidato no curso de gestão oferecido pela Secretaria Municipal de Educação e a participação e aprovação na avaliação de mérito e desempenho.

**§ 3º** Somente os nomes que integrem a lista final de candidatos aptos em Avaliação prévia de mérito e desempenho, poderão ser indicados pelo Poder executivo.

**Art. 10.** São requisitos para o registro de candidatura ao cargo de Diretor:

I - pertencer ao quadro próprio do magistério;

II - ter concluído o estágio probatório no cargo ou pelo menos em um dos cargos;

III - possuir curso de licenciatura plena e pós-graduação em Gestão Escolar;

IV - ter condições de assumir o período integral e dedicação exclusiva na instituição;

V – estar em efetivo exercício na instituição de ensino no ano em que ocorre a consulta a comunidade;

VI - não ter sofrido penalidade administrativa de repreensão ou suspensão na condição de

servidor municipal, conforme artigo 186 da Lei Complementar 55/2011;

4

VII - ter obtido pelo menos 85% (oitenta e cinco por cento) dos pontos nas duas últimas avaliações de desempenho;

VIII – ter sido aprovado em avaliação prévia de mérito e desempenho;

**Parágrafo Único** – Fica vedada a inscrição como candidato ao profissional em licença sem vencimentos ou readaptado das suas funções de magistério.

**Art. 11.** Mesmo lotado em mais de uma escola, o professor interessado somente poderá concorrer ao cargo de Diretor em uma única instituição de ensino.

**Art. 12.** Esgotado o prazo para registro de candidaturas, o Secretário Municipal de Educação mandará afixar, em locais apropriados da instituição de ensino no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a relação dos candidatos regularmente inscritos, com o nome completo, eventuais apelidos e o número do candidato.

**Parágrafo Único** – O número dos candidatos concorrentes será atribuído pelo Secretário Municipal de Educação segundo a ordem alfabética dos candidatos inscritos.

**Art. 13.** Até 48 (quarenta e oito) horas após a afixação da relação dos candidatos regularmente inscritos, serão recebidas eventuais impugnações às candidaturas. As impugnações deverão ser formuladas por escrito, com fundamentação legal, e dirigidas ao Secretário Municipal de Educação, que as decidirá em 24 (vinte e quatro) horas, comunicando a decisão ao Presidente da Comissão Executiva da instituição.

## **DOS VOTANTES**

**Art. 14.** Estão aptos a votar os seguintes segmentos da comunidade escolar:

I - o próprio diretor da instituição, mesmo na condição de candidato ao cargo;

II - os membros da equipe pedagógica em exercício na instituição;

III - os professores, efetivos ou temporários, e profissionais de apoio em exercício na instituição pelo prazo mínimo de noventa dias;

IV - os alunos maiores de dezesseis anos ou emancipados, inclusive os matriculados na educação de jovens e adultos, desde que completem esta idade até o dia da consulta a comunidade;

V - os pais ou responsáveis dos alunos menores de dezesseis.

**Art. 15.** Cada pessoa votante terá direito a um único voto, mesmo que represente mais de um segmento da comunidade escolar ou mais de um aluno, devendo optar por qual segmento exercerá o voto; no caso de famílias com mais de um aluno, somente poderão votar os pais e/ou responsáveis indicados na lista do SERE, mantida a regra de um voto por pessoa, podendo haver mais de um voto por família apenas se realizados por responsáveis distintos, maiores de 16 (dezesseis) anos.

**Art. 16.** O votante deverá identificar-se através dos documentos elencados no §1º do artigo 27 da Lei 4.302/2025.

**Parágrafo Único** – Não é permitido o voto por procuração.

**Art. 17.** Não poderão votar na consulta à comunidade para escolha de Diretor de escola e CMEI:

- I – professores e profissionais de apoio da instituição de ensino, afastados de suas funções por motivo de saúde ou qualquer outro tipo de licença na data da consulta a comunidade;
- II – professores e funcionários que estiverem à disposição de outros órgãos;
- III – empregados contratados das APMFs;
- IV – pessoas que prestam serviços voluntários à escola e CMEI;
- V – funcionários de empresas terceirizadas a serviço da escola e CMEI.

## **DA MESA DE VOTAÇÃO**

**Art. 18.** A Mesa de Votação, deverá ser constituída por 3 (três) membros votantes, será designada e credenciada pela Comissão Executiva, conforme cronograma, e assim composta: um Presidente, um Secretário e um mesário.

**§ 1º** As instituições de ensino consideradas de grande porte poderão contar com um mesário a mais na composição da mesa;

**§ 2º** Dos membros integrantes da Mesa de Votação pelo menos um deverá ser professor docente na instituição de ensino;

**§ 3º** Não poderão ausentar-se da Mesa, simultaneamente, o Presidente e o Secretário.

**§ 4º** Na ausência temporária do Presidente suas funções serão ocupadas pelo Secretário, que responderá pela ordem e regularidade do processo de consulta.

**§ 5º** Durante a realização dos trabalhos de votação, os Mesários poderão revezar-se entre si, quando não for necessária a presença de todos ao mesmo tempo.

**Art. 19.** Compete às Mesas de Votação:

- I – rubricar as cédulas oficiais
- II – conferir a identificação do votante e sua legitimidade para votar de acordo com o artigo 27 da Lei 4.302/2025;
- III – solucionar imediatamente as dúvidas e dificuldades que ocorrerem;
- IV – lavrar a Ata de Votação, anotando todas as ocorrências;
- V – concluída a votação, remeter toda a documentação da votação para Comissão Executiva da instituição para a escrutinação.

**Art. 20.** Não poderão compor a Mesa de Votação os candidatos, seus parentes até segundo grau civil e o Diretor na instituição de ensino;

**Art. 21.** Haverá em cada instituição uma mesa de votação e suas respectivas urnas.

**§ 1º** Na mesa de Votação haverá a respectiva lista de votantes, organizada pela Comissão Executiva conforme modelo oficial.

**§ 2º** A lista de professores e funcionários votantes será separada e distinta da listagem dos demais.

**Art. 22.** Confirmada sua identificação e legitimidade para votar, o votante assinará a lista de votação e receberá a cédula oficial, carimbada e rubricada, encaminhando-se para a cabine de votação onde, de forma secreta e pessoal, dará o seu voto, depositando-o em seguida na urna.

**Art. 23.** A Mesa de Votação será instalada em local adequado, assim como a cabine de votação,

de forma a assegurar a privacidade e o voto secreto do votante.

6

**Art. 24.** A Mesa de Votação funcionará ininterruptamente das 07:30 às 19:00 horas.

**§ 1º** Somente poderão permanecer no recinto destinado à Mesa de Votação os seus membros.

**§ 2º** Os votantes, os candidatos e os fiscais, somente durante o tempo necessário à votação.

**§ 3º** É terminantemente proibida a intervenção de qualquer pessoa estranha à Mesa de Votação, sob pretexto algum, salvo o Presidente da Comissão Executiva, quando solicitado.

**Art. 25.** No recinto onde estiver instalada a Mesa de Votação deverá ser colocada, em local visível, a relação dos candidatos concorrentes, com o nome, o apelido e o número do candidato.

**Art. 26.** Caberá ao Presidente da Mesa de Votação assegurar a ordem no recinto da votação e ao Presidente da Comissão Executiva caberá assegurar a ordem em toda instituição de ensino;

**Art. 27.** Os fiscais poderão solicitar ao Presidente da Mesa de Votação esclarecimentos sobre as dúvidas que surgirem, bem como o registro em ata de eventuais irregularidades.

**Art. 28.** Às 19:00 (Dezenove horas), havendo ainda pessoas para votar, o Presidente da Mesa de Votação ordenará a distribuição de senhas aos presentes, habilitando-os a votar, e impedirá o exercício do voto aos que se apresentarem após o horário de término.

**Parágrafo Único** – Os trabalhos da Mesa de Votação poderão ser encerrados antes do horário pré-estabelecido, desde que tenham comparecido todos os votantes nela inscritos.

## **DA APURAÇÃO DOS VOTOS**

**Art. 29.** Os trabalhos de apuração dos votos serão realizados pela mesma Comissão Executiva instituída em cada unidade de ensino para coordenação dos trabalhos de votação

**Art. 30.** Nenhuma autoridade estranha à Comissão Executiva poderá intervir, sob pretexto algum, em seu regular funcionamento, salvo os membros Comissão Central ou o membro designado pelo Secretário Municipal de Educação quando solicitado.

**Art. 31.** A escrutinação dos votos será realizada ininterruptamente, em sessão pública e no próprio local de votação, devendo ocorrer imediatamente após o encerramento da votação.

**Art. 32.** Antes de iniciar a escrutinação, a Comissão Executiva tomará as seguintes providências:

I - fará a leitura atenta e minuciosa da Ata de Votação;

II - verificará o número de assinaturas constantes nas listagens de votantes;

III - Iniciará a contagem voto a voto;

IV - Separando votos válidos, nulos e brancos;

V - verificará se o número de assinaturas constantes nas listagens de votantes coincide com o número de cédulas existentes na urna.

**Parágrafo Único** – Encontrando alguma irregularidade grave e insanável, que a Mesa concluir seja resultado de fraude, anulará a urna e fará a contagem de seus votos em separado, encaminhando ao Secretário Municipal de Educação relatório circunstanciado da ocorrência, acompanhado de toda a documentação comprobatória do ocorrido, para posterior decisão.

**Art. 33.** As cédulas serão examinadas e lidas em voz alta por um dos componentes da Mesa. 7

**Art. 34.** Nos votos reconhecidos pela Mesa como brancos ou nulos, ela escreverá imediatamente na respectiva cédula, com caneta de tinta vermelha, a expressão “branco” ou “nulo”.

**Art. 35.** Serão nulos os votos:

- I – registrados em cédulas que não correspondam ao modelo oficial;
- II – registrados em cédulas oficiais que não estejam devidamente carimbadas e rubricadas;
- III – preenchidos na cédula de uma forma que torne duvidosa a manifestação da vontade do votante;
- IV – que contenham expressões, frases, traços ou palavras que possam identificar o votante;
- V – que contenham expressões, frases, palavras ou desenhos de natureza chula;
- VI – dados em mais de um candidato concorrente.

**Art. 36.** O fiscal poderá solicitar ao Presidente da Comissão Executiva esclarecimentos sobre dúvidas que surgirem na apuração dos votos, bem como o registro em ata de eventuais irregularidades e impugnações de votos.

**Art. 37.** Concluída a escrutinação dos votos e preenchido o Mapa de Apuração, a Comissão divulgará de viva voz no recinto o resultado final da consulta, especificando a votação final válida obtida por cada candidato, com o respectivo percentual alcançado, o total geral de votos válidos, de votos brancos e de votos nulos, o percentual de comparecimento dos votantes e o percentual de abstenção, proclamando em seguida o candidato vencedor do pleito.

**Art. 38.** Concluídos os trabalhos de escrutinação e executadas as providências estabelecidas no Edital, a Comissão lavrará a Ata de Escrutinação, registrando os resultados apurados e eventuais irregularidades ocorridas.

**Art. 39.** Lavrada a Ata e encerrados os trabalhos, a Comissão Executiva Local encaminhará à Secretaria Municipal de Educação o seguinte material:

- I – Urnas de votação e as cabines devidamente fechadas;
- II – Envelope devidamente assinado e lacrado com os votos apurados;
- III - Envelope lacrado, contendo Atas de Votação, Atas de Escrutinação e Mapas de Apuração;
- IV – em pacote ou envelope à parte, os demais materiais utilizados no processo de consulta.

## **DA PROPAGANDA**

**Art. 40.** A propaganda só deverá ser iniciada após a homologação do edital com o deferimento das candidaturas e a Comissão Central deferir o registro das candidaturas.

**Art. 41.** A Comissão deverá tornar público aos funcionários, alunos e familiares a relação de candidatos, sendo permitido o envio de bilhete contendo local, data, horário e lista de candidatos da consulta à comunidade.

**Art. 42.** À Comissão de cada instituição caberá definir com os(as) candidatos(as), mediante registro em ata, as normas para a propaganda durante o processo da consulta pública, observando-se as diretrizes da lei 4302/2025.

**Art. 43.** A propaganda irreal, insidiosa ou manifestamente pessoal contra os concorrentes será coibida pela Comissão Executiva que, constatando tal ocorrência, determinará sua imediata suspensão, admoestando os autores e alertando os votantes. Em caso de persistência,

comunicará o fato à Comissão Central para os procedimentos cabíveis.

8

**Art. 44.** O cronograma definirá a duração da propaganda proibindo ao final do período permitido aliciamento ou convencimento de votantes, no recinto na instituição de ensino; inclusive nos seus pátios e dependências externas.

**Art. 45.** Será proibido, durante todo o dia da consulta à comunidade:

I – em qualquer local público ou aberto ao público, a aglomeração de pessoas portando flâmulas, bandeiras, cartazes e outros meios, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;

II – o uso de alto-falantes e amplificadores de som, com a finalidade de promover o candidato;

III – o uso, pelos mesários e escrutinadores, de vestuário ou objeto que contenha qualquer propaganda de candidato;

IV – qualquer distribuição de material de propaganda eleitoral;

V – a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do votante;

VI – oferecer, prometer, ou entregar ao votante, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza;

VII – o transporte de votantes por parte de candidatos ou seus representantes;

**§ 1º** Situações e casos não previstos neste Edital serão norteados pela legislação eleitoral brasileira vigente e demais normas aplicáveis.

**§ 2º** Será permitida no dia da consulta à comunidade a manifestação silenciosa da preferência pessoal do votante, caracterizada pelo vestuário ou utilização de adesivos.

## **DA CONSULTA A COMUNIDADE**

**Art. 46.** A consulta a comunidade será realizada na data prevista no cronograma.

**Art. 47.** A consulta será realizada mediante cédula única, impressa pela Comissão Executiva da instituição e rubricada pelos membros da mesa de votação, observando o seguinte procedimento:

I – A Comissão Executiva deverá providenciar local para garantir o sigilo na anotação da cédula.

II – Será invalidado o processo de consulta a comunidade que não atingir o quórum mínimo de 30% (trinta por cento) dos votantes.

III – Quando houver apenas um candidato à direção este deverá obter 50% + 1 de todos os votos apurados, inclusive brancos e nulos.

IV – Quando houver mais de um candidato, a soma dos votos destes deverá ser superior a 50% + 1 de todos os votos apurados, inclusive brancos e nulos

**Art. 48.** Será considerado vencedor o candidato que obtiver maior número de votos, desprezados os nulos e brancos.

**Parágrafo Único.** Em caso de empate, será escolhido diretor o candidato que sucessivamente, tenha:

I – maior titulação na área da educação, na ordem: doutorado, mestrado, 2ª licenciatura, especialização;

II – maior tempo de serviço na rede municipal de ensino de Rolândia;

III – maior tempo de serviço na unidade onde a candidatura foi homologada;

IV – maior idade.



## **DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS**

9

**Art. 49.** As impugnações e os recursos, durante todo o processo de consulta à comunidade, não terão efeito suspensivo.

**Art. 50.** Somente serão recebidos os recursos que estiverem legalmente fundamentados e instruídos com documentos que comprovem o alegado.

**Art. 51.** As decisões e os pareceres deverão ser circunstanciados e legalmente fundamentados.

**Art. 52.** Quando não houver disposições específicas neste edital ou na Lei Municipal nº 4.302/2025, o prazo para impugnações e recursos será conforme cronograma. Igual prazo terá a Comissão ou autoridade acionada, após o recebimento, para exarar seu parecer ou decisão. Havendo necessidade de consulta jurídica, a Comissão Central estenderá este prazo.

**Parágrafo Único** – As impugnações ou recursos contra atos preparatórios, ocorridos nas 48 (quarenta e oito) horas antecedentes ao dia da votação, deverão ser decididos de imediato pela Comissão Central ou autoridade competente.

**Art. 53.** O Secretário de Educação, o Presidente da Comissão Central e os Presidentes das Comissões Executivas, ao receberem impugnações e recursos, deverão registrar formalmente o local, o dia e a hora do recebimento.

**Art. 54.** Os pedidos de impugnação contra atos da Votação serão dirigidos a Comissão Executiva, que decidirá de imediato. Havendo controvérsia na decisão, caberá à Comissão Central solucioná-la.

**Art. 55.** Os pedidos de impugnação contra atos da Escrutinação serão dirigidos ao Presidente da Comissão Executiva, que decidirá de imediato. Havendo controvérsia na decisão, caberá ao Presidente da Comissão Central solucioná-la.

**Art. 56.** Compete ao Secretário Municipal de Educação analisar e resolver as dúvidas, pendências e impugnações não decididas por instância inferior.

**Art. 57.** Da divulgação do resultado final caberá recurso à Comissão Central, conforme previsto no artigo 42 da Lei 4.302/2025.

## **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 58.** Os candidatos deverão afastar-se de suas atividades funcionais conforme cronograma que antecede ao dia do pleito e no dia de sua realização.

**Art. 59.** Os Diretores na instituição de ensino, serão responsabilizados funcionalmente por eventuais embaraços que causarem à normalidade do processo de consulta, quando formalizadas e comprovadas perante a autoridade competente irregularidades eventualmente cometidas durante qualquer fase do processo de consulta.

**Parágrafo Único** – Se o Diretor estiver concorrendo como candidato, a conduta irregular de que trata o “caput” deste artigo poderá implicar em cassação do registro de sua candidatura.

**Art. 60.** O servidor envolvido no processo de consulta como candidato, mesário ou membro da Comissão Executiva, responderá administrativamente por atos praticados em desacordo com a legislação a que estiver subordinado.

**Art. 61.** É vedado, aos membros das Comissões e Mesários, qualquer tipo de manifestação de apreço ou despreço aos candidatos.

**Art. 62.** No dia da realização da consulta à comunidade escolar para a escolha de Diretores, todos as instituições de ensino municipais de ensino terão aula normalmente.

**Art. 63.** A Secretaria Municipal de Educação fornecerá as instituições de ensino, em tempo hábil, os materiais e modelos oficiais de formulários necessários à realização do processo de consulta à comunidade escolar para a escolha de diretores, especialmente os seguintes:

- I - Relação de candidatos;
- II - Cédula de Votação;
- III - Ata de Votação;
- IV - Ata de Escrutinação;
- V - Mapas de Apuração;
- VI - Designação de Comissão Executiva;
- VII - Designação e Credenciamento de Mesas de Votação;
- VIII - Credenciamento de Fiscais;
- IX - Cronograma de Atividades.

**Art. 64.** O mandato do Diretor é de 4(quatro) anos, iniciando-se em 01 de janeiro de 2026 e encerrando-se em 31 de dezembro de 2029.

**Art. 65.** Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Central e pelo Secretário Municipal de Educação.

**Art. 66.** Este Edital entra em vigor nesta data,

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, em 11 de novembro de 2025.

Leise Marcia de Moraes Camargo  
**Secretária Municipal de Educação**